

Passarinho: o Congresso será convocado extraordinariamente

BRASILIA — O Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, considerou normal a reação contrária do Congresso diante das medidas provisórias enviadas pelo Presidente na sexta-feira. Passarinho afirmou que o Governo só entregou as medidas na última hora porque as mesmas ainda não estavam prontas anteriormente. O Ministro considerou imperativa a convocação extraordinária do Congresso e garantiu que o Presidente já tem o apoio do Presidente da casa, Senador Nélson Carneiro.

Um ar de perplexidade tomou conta do Congresso na tarde de ontem quando os líderes de alguns partidos começaram a avaliar a dimensão do novo pacote fiscal lançado pelo Governo na sexta-feira, três dias antes do recesso parlamentar. "Estou completamente perdido", admitia o Líder do PMDB, Deputado Ibsen Pinheiro, que na companhia dos Deputados Nélson Jobim (PMDB-RS) e José Genoino (PT-SP) tentava desvendar as entrelinhas das Medidas Provisórias assinadas pelo Presidente Fernando Collor. Era uma reunião solitária que, a princípio, pretendia ser um grande debate de lideranças sobre o novo pacote fiscal. "Eu só contei oito deputados na Casa", lamentava Nélson Jobim.

A grande questão que se colocava no final da tarde era a validade deste pacote para o ano de 1991. "Sem aprovação do Congresso, o Governo terá que reeditar estas medidas em janeiro e então elas só terão validade para 1992", lembrava Genoino, prevenindo que o Governo convocará suas bases amanhã para conhecer

sua força no Legislativo. Entre opiniões, "verdadeiros chutes", como admitia Ibsen, a certeza de que o novo pacote provavelmente apresentava algumas irregularidades. Uma delas é um item de uma das medidas que isenta de impostos os donos de cartórios e leiloeiros. "Um absurdo", frisava Genoino.

Segunda-feira deve começar o recesso parlamentar desse ano, se o Congresso realmente aprovar o Orçamento desse ano. Aprovado o Orçamento, o recesso começa automaticamente. Com o recesso, deixam de ser votadas as Medidas Provisórias do pacote fiscal. A única chance de votação das Medidas, nesse caso, será a convocação extraordinária do Congresso que, segundo o Ministro Passarinho, conta com o apoio do Presidente da Casa.